

## **ECONOMIA SOCIAL: ESTUDOS DE CASO SOBRE A GESTÃO NO TERCEIRO SETOR NO MUNICÍPIO DE MARABÁ/PA**

**ARAÚJO, Andressa dos Santos<sup>1</sup>; ARAÚJO, Giovanna Brito<sup>2</sup>; AFONSO, João Otávio  
Araújo<sup>3</sup>; FIGUEIRA, Nayara Côrtes<sup>4</sup>; COSTA, Taiane Barbosa da Silva<sup>5</sup>**

<sup>1</sup> Departamento de Engenharia de Produção, Universidade do Estado do Pará, andressa.araujo7@outlook.com

<sup>2</sup> Departamento de Engenharia de Produção, Universidade do Estado do Pará, britogiovanna@hotmail.com

<sup>3</sup> Departamento de Engenharia de Produção, Universidade do Estado do Pará, jo.afonso1995@gmail.com

<sup>4</sup> Departamento de Engenharia de Produção, Faculdade Metropolitana de Marabá, cortesfilgueira@gmail.com

<sup>5</sup> Departamento de Engenharia de Produção, Universidade do Estado do Pará, taianebarbosacosta@gmail.com

**Resumo:** *O presente artigo analisa as questões relativas a formação da economia social no município de Marabá/PA, na sua abordagem histórica e dinâmica atual e conceitos que podem ser encontradas na literatura a respeito de termos como economia social, economia solidária e terceiro setor. E ainda, definir as principais características e fundamentos da economia social, atores, dificuldades e metas a alcançar pelos integrantes da mesma. Laville e Gaiger (2009, p. 162) acreditam que a “economia social ou solidária é um conceito amplamente utilizado em vários continentes, com ações variadas que giram ao redor da ideia de solidariedade, em contraste com o individualismo utilitarista que caracteriza o comportamento econômico predominante nas sociedades de mercado”, sobretudo os atores desta economia integrados neste modelo, relatam uma dificuldade crescente na manutenção de tal modelo e sobretudo no seu financiamento. As conclusões desta pesquisa abrem perspectivas para a compreensão deste campo, trazendo contribuições teóricas sobre a expansão do setor e consequentemente sua importância no município.*

**Palavras-chave:** Economia Social; Terceiro setor; Gestão.

## **SOCIAL ECONOMY: CASE STUDIES ON MANAGEMENT IN THE THIRD SECTOR IN THE MUNICIPALITY OF MARABÁ/PA**

**Abstract:** *This article analyzes the issues related to the formation of social economy in the municipality of Marabá/PA, in its current historical and dynamic approach and concepts that can be found in the literature regarding terms such as social economy, solidarity economy and third sector. Also, define the main characteristics and foundations of the social economy, actors, difficulties and goals to be achieved by the members of the same. Laville and Gaiger (2009, 162) believe that the “social or solidarity economy is a concept widely used on several continents, with varied actions revolving around the idea of solidarity, in contrast to the utilitarian individualism that characterizes economic behavior predominant in the market*

*societies", especially the actors of this economy integrated in this model, report an increasing difficulty in maintaining such a model and above all in its financing. The conclusions of this research open perspectives for the understanding of this field, bringing theoretical contributions on the expansion of the sector and consequently its importance in the municipality.*

**Keywords:** Social Economy; Third sector; Management.

## **1 Introdução**

As novas realidades política, social e econômica trazidas pelas mudanças que estão ocorrendo em todos os setores são um desafio para que se possa manter um elevado padrão de desenvolvimento econômico e ao mesmo tempo melhorar a qualidade de vida das pessoas.

O surgimento de uma nova forma de organizar a economia em bases solidárias e éticas já tem uma pré-história bastante rica e diversificada. Os pioneiros lançaram bases para que houvessem forças capazes de renovar quando não de criar novas práticas sociais e econômicas. Diante disso, a direção que está sendo tomada influenciou muito no surgimento de alternativas que possam ser mais justas e equitativas. A Economia Solidária ou Economia Social é uma dessas alternativas, que congrega diversas experiências e modelos sociais para o desenvolvimento econômico.

A Economia Social compreende uma diversidade de práticas econômicas e sociais organizadas sob a forma de cooperativas, associações, empresas autogestionárias, redes de cooperação, complexos cooperativos, entre outros, que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo e consumo solidário.

A Economia Social, no sentido de setor da economia constituído pelas organizações de economia social (associações, mutualidades, cooperativas, fundações, irmandades da Misericórdia, Centros Sociais paroquiais, institutos religiosos, baldios e outras), é vista muitas vezes como de interesse social, e de pouco interesse econômico. Esta reúne as atividades econômicas que não visam ao lucro e, embora sejam de caráter privado, compartilham seus objetivos com o setor público.

A cidade de Marabá, localizada no estado do Pará, conta hoje com um total de 9 organizações sociais. Diante deste cenário, o estudo tem como objetivo apresentar como é formada a economia social da cidade de Marabá através do levantamento das entidades de cunho solidário da região, apresentando de que maneira estas contribuem para o desenvolvimento social da localidade, além de traçar um retrato geral da gestão pessoal e financeira nas organizações da economia social.

## 2 Referencial Teórico

### 2.1 Economia social no Brasil

Ao que tudo indica, a Economia Solidária surgiu como alternativa ao desemprego e a desigualdade decorrente do sistema capitalista, que tende a concentrar a riqueza nas mãos de poucos. No Brasil, segundo informações do MTE (2011), a Economia Solidária foi fortalecida ao fim do século XX, como resposta dos trabalhadores às formas de exclusão e exploração crescentes no mundo do trabalho. O crescimento da informalidade em função do enfraquecimento das relações trabalhistas, apesar de trazer prejuízos aos cidadãos, contribuiu para o desenvolvimento de formas associativas de pequenos empreendimentos.

Pochmann (2008) aponta três condições importantes referentes ao momento econômico e social nacional que, reunidas, contribuem para o crescimento e fortalecimento da Economia Solidária, apesar de impactarem negativamente no mercado de trabalho: De um lado, observa-se a contenção do segmento organizado do trabalho, justamente aquele que responde pelos empregos assalariados regulares e relativamente homogêneos, gerados por empresas tipicamente capitalistas. De outro, além do avanço do desemprego aberto, constata-se a ampliação do segmento não organizado do trabalho, responsável por ocupações precárias e heterogêneas, cuja atividade não se caracteriza necessariamente por ser tipicamente capitalista (POCHMANN, 2008, p. 23).

### 2.2 Princípios e características da economia social

Segundo Tygel (2011), a Economia Solidária pode ser definida em três dimensões:

- **Economicamente**, é um jeito de fazer a atividade econômica de produção, oferta de serviços, comercialização, finanças ou consumo baseado na democracia e na cooperação, o que chamamos de autogestão: ou seja, na Economia Solidária não existe patrão nem empregados, pois todos os/as integrantes do empreendimento (associação, cooperativa ou grupo) são ao mesmo tempo trabalhadores e donos.
- **Culturalmente**, é também um jeito de estar no mundo e de consumir (em casa, em eventos ou no trabalho) produtos locais, saudáveis, da Economia Solidária, que não afetem o meio-ambiente, que não tenham transgênicos e nem beneficiem grandes empresas. Neste aspecto, também simbólico e de valores, estamos falando de mudar o paradigma da competição para o da cooperação e da inteligência coletiva, livre e partilhada.
- **Politicamente**, é um movimento social, que luta pela mudança da sociedade, por uma forma diferente de desenvolvimento, que não seja baseado nas grandes empresas nem

nos latifúndios com seus proprietários e acionistas, mas sim um desenvolvimento para as pessoas e construída pela população a partir dos valores da solidariedade, da democracia, da cooperação, da preservação ambiental e dos direitos humanos.

Na esfera da Economia Social, estão o associativismo, o cooperativismo e o mutualismo, como formas de organização da atividade produtiva. Ao longo dos últimos 150 anos, a Economia Social vem ganhando expressão e seus objetivos passam necessariamente pela solidariedade e pelo desenvolvimento integrado da comunidade e do Homem. Nesta sequência de ideias, a Economia Social ou Terceiro Setor pode eventualmente substituir a ação do Estado ou ser um prolongamento deste na implementação de suas políticas sociais.

### **2.3 Economia solidária**

Gaiger (1999, apud Cordeiro et al 2010) apresenta outra definição para Economia Solidária, que complementa o conceito anteriormente proposto, mas reforça o enfoque anticapitalista: Economia Solidária é uma forma de produção, consumo e distribuição de riqueza (economia) centrada na valorização do ser humano - e não do capital de base associativista e cooperativista, voltada para a produção, consumo e comercialização de bens e serviços, de modo autogerido, tendo como finalidade a reprodução ampliada da vida. Assim, nesta economia, o trabalho se transforma num meio de libertação humana dentro de um processo de democratização econômica, criando uma alternativa à dimensão alienante e assalariada das relações do trabalho capitalista.

Santos e Borinelli (2010) indicam que a Economia Solidária rumo no sentido da formação de “cooperativas solidárias, articuladas em redes complementares que possibilitam o seu fortalecimento diante de um ambiente inóspito, aglutinando e integrando instituições variadas como universidades, centros de pesquisa, ONGs e o próprio poder público” (SANTOS e BORINELLI, 2010, p. 20). Nesse sentido, o apoio do Estado e de suas Instituições será fundamental para incentivar iniciativas de Economia Solidária bem como para consolidar projetos em andamento. Os autores fazem ainda uma consideração importante, defendendo a formação de parcerias entre o poder público e as iniciativas de Economia Solidária, “fazendo com que estas se tornem fornecedoras privilegiadas de algumas das demandas públicas” (SANTOS e BORINELLI, 2010, p. 21).

### **2.4 Terceiro setor**

De acordo com o Portal BHBIT (2017), terceiro setor consiste em um amplo e diversificado conjunto de instituições como fundações, associações comunitárias, organizações

não-governamentais, entidades filantrópicas e outras, que são iniciativas privadas, porém sem fins lucrativos, que atuam em prol do bem comum e da cidadania.

As cinco características estruturais diferenciam as organizações do terceiro setor das demais instituições:

- Formalmente constituídas;
- Estrutura básica não governamental;
- Gestão própria;
- Sem fins lucrativos;
- Uso significativo de mão de obra voluntária.

## 2.5 Entidades do Terceiro Setor

Segundo o Portal Jornal Economia (2013), o terceiro setor integra as seguintes entidades:

- **Associação:** É uma pessoa coletiva sem fins lucrativos, cujos associados se agrupam em torno de objetivos e necessidades comuns. Podem destinar-se a inúmeros fins: culturais, recreativos, desportivos, de pais, estudantis, de proteção civil (bombeiros voluntários), entre muitos outros.
- **Mutualidade:** Aqui o objetivo é o auxílio recíproco dos seus associados e familiares. Trabalham sobretudo nas áreas da saúde, ação social e regimes complementares de Segurança Social. Têm um milhão de associados e mais de 2,5 milhões de beneficiários.
- **Cooperativa:** As agrícolas serão as mais conhecidas, mas há cooperativas de habitação, consumo, culturais, de ensino, de desenvolvimento, dedicadas ao ambiente. São associações autônomas e voluntárias que visam satisfazer necessidades econômicas, sociais e culturais dos associados, através da cooperação democrática e entreajuda dos membros.
- **Misericórdia:** Associações constituídas de acordo com o Direito canónico para satisfazer carências sociais e praticar atos de culto católico. A primeira data do século XV.
- **Fundação:** Pessoa coletiva, sem fins lucrativos, cujo património foi-lhe irrevogavelmente dado e é suficiente para prosseguir os fins, que têm de ser de interesse social, em benefício da sociedade, mas não do fundador ou pessoas das suas relações. Têm objetivos culturais, de defesa do património, de saúde, de ensino.

- **Outras entidades:** A Lei admite outras entidades, sem especificar. Não há consenso sobre o que deve ou não integrar este setor. Por exemplo, se uma empresa privada lucrativa seguir o espírito subjacente à economia social deve integrar o setor.

A gestão das organizações sem fins lucrativos emprega as funções administrativas planejamento, organização, direção e controle, a fim de conferir às instituições o melhor desempenho em termos de eficiência, eficácia e efetividade.

### 3 Metodologia

Os procedimentos metodológicos empregados neste estudo colaboraram diretamente para o alcance dos objetivos propostos. O presente estudo foi desenvolvido na Cidade de Marabá, no Estado do Pará, em duas organizações de Economia Social: O Projeto Futuro Melhor e a FECAT (Federação das Cooperativas da Agricultura Familiar do Sul do Pará), ambas localizadas no núcleo Nova Marabá.

A metodologia utilizada foi a pesquisa de natureza qualitativa do tipo exploratória e descritiva, que de acordo com Gil (2008), proporciona maior familiaridade com o problema e pode envolver levantamento bibliográfico e entrevistas com pessoas experientes no problema pesquisado. Geralmente, assume a forma de pesquisa bibliográfica e estudo de caso, além de descrever as características de determinadas populações ou fenômenos.

A coleta de informações ocorreu através da visita *in-loco*, onde foram realizadas entrevistas com os responsáveis pelas instituições, afim de realizar um levantamento de dados, onde estes foram de suma importância para o alcance do objetivo apresentado.

### 4 Projeto Futuro Melhor

Figura 1 – Logotipo do Projeto Futuro Melhor



Fonte: Acervo pessoal do Projeto Futuro Melhor (2015)



O Projeto Futuro Melhor (Figura 1) é uma entidade sem fins lucrativos que trabalha com aproximadamente 250 crianças e adolescentes de 6 a 17 anos, e tem como missão principal atuar contra a vulnerabilidade pessoal e social, atendendo o máximo de crianças e adolescentes, para tirá-los das ruas e da criminalidade. Localizada no bairro Nova Marabá, na cidade de Marabá/PA (Figura 2), a organização foi fundada em 4 de julho de 2004, operando no município há 13 anos. O projeto funciona de segunda à sexta, das 07h30min às 12h00min e das 13h30min às 18h00min.

Figura 2 – Fachada do Projeto Futuro Melhor



Fonte: Acervo pessoal do Projeto Futuro Melhor (2015)

Buscando cumprir sua missão, o instituto oferta diversos cursos, desde reforço escolar até o ensino profissionalizante, dentre eles, de alfabetização, auxiliar administrativo para menor aprendiz, informática básica e avançada, vídeo-fotografia (Figura 3), música, e outros.

Figura 3 – Curso de vídeo-fotografia ministrado no projeto



Fonte: Acervo pessoal do Projeto Futuro Melhor (2016)

Tem entre suas ações o Projeto “Mãe Solidária” (Figura 4), na qual através de parcerias buscam oferecer cursos profissionalizantes para as mães de família, promovendo ações destinadas à sua qualificação profissional. Outro projeto é o “Brasil Alfabetizado”, que em

parceria com a Secretaria Municipal de Educação (SEMED), oferece seu espaço para a realização das aulas para adultos e idosos não alfabetizados. O projeto também dispõe de uma assistente social e uma psicóloga para que, através do conhecimento e levantamento da situação psicossocial e econômica de seus alunos, possam proporcionar os mecanismos para ajudá-los e apoiá-los em suas necessidades pessoais básicas.

Figura 4 – Projeto Mãe Solidária



Fonte: Acervo pessoal do Projeto Futuro Melhor (2016)

#### 4.1 Gestão pessoal

O Projeto Futuro Melhor é dividido em 6 setores funcionais, sendo eles: financeiro, administração, tesouraria, pedagógico, cultural e nutrição. O setor de serviços gerais (limpeza) é inexistente, e, arbitrariamente, todos os outros setores colaboram para o asseio do local.

Para disponibilização de um atendimento mais adequado e qualificado, os serviços realizados na sede são executados de forma voluntária. A organização tem em seu quadro 5 voluntários: 1 professor, contratado pela instituição, além de 1 instrutor de auxiliar administrativo, 1 instrutor de informática, 1 instrutor de música e 1 instrutor cultural, contratados pelo Convênio FIA (Fundos da Infância e Adolescência).

O setor financeiro da instituição opera em outra localidade, com mais 4 colaboradores, sendo 1 analista contábil e 3 atendentes de telemarketing e é o departamento responsável pelo planejamento financeiro, balanço financeiro e patrimonial, dentre outros, além da relação com os doadores, através da captação de recursos realizado pelos atendentes de telemarketing, que



segundo Vergueiro (2016), diretor executivo da ABCR – Associação Brasileira de Captadores de Recursos, consiste no seguinte:

“Na teoria, a captação de recursos é o processo estruturado desenvolvido por uma organização para pedir as contribuições voluntárias de que ela precisa, sejam eles financeiros ou outros recursos, buscando as doações com indivíduos, empresas, governos, outras organizações e etc. Na prática, captação de recursos significa ter uma equipe dedicada a pensar em ideias criativas para trazer as doações, a aproximar a organização da comunidade, a defender que ela seja o mais transparente possível e etc. Captar recursos é, principalmente, ter pessoas na organização que entendem que o trabalho delas é fundamental para conseguir os recursos tão importantes para que a ONG tenha impacto e seja transformadora na sua atuação, cumprindo integralmente a sua missão” (VERGUEIRO, 2016).

Os demais setores são desempenhados na sede da instituição. O setor administrativo atua no planejamento, organização e direção de serviços de secretaria, execução das atividades institucionais, programas, dentre outras atividades administrativas gerais.

Diferente do setor financeiro, a tesouraria é responsável pelo controle diário das entradas e saídas de caixa. O setor pedagógico dispõe dos mecanismos necessários para promover o processo de ensino-aprendizagem, além de assegurar as finalidades sociais de modo a oportunizar as crianças e adolescentes, novas experiências, a fim de que eles possam fortalecer o vínculo familiar e comunitário, descobrir novas potencialidades, bem como fortalecer o autoconhecimento e a autoestima. O setor cultural trabalha promovendo iniciativas de cultura e inclusão social, com o intuito de levar música, poesia, fotografia e arte, além de outras ações culturais, envolvendo, não somente as crianças e adolescentes incluídos no projeto, mas também seus familiares e a comunidade como um todo. A área da nutrição é o setor incumbido pela alimentação oferecida pelo projeto, buscando proporcionar refeições nutritivas e de qualidade para os alunos.

## **4.2 Gestão Financeira**

A gestão financeira é uma das partes mais fundamentais e importantes para o Projeto Futuro Melhor, pois é o que mantém este ativo e transparente perante a sociedade, e a cada ano a instituição realiza a prestação de contas com todos os doadores que contribuem com o projeto, apresentando o balanço financeiro da entidade.

Outra forma de conseguir recursos é pela aquisição de convênios. Atualmente, o Projeto Futuro Melhor mantém convênio com o FIA (Fundo para Infância e Adolescência), que de acordo com Pereira (2014) trata-se de um fundo especial que deve ser criado por lei para captar recursos que serão destinados especificamente para área da infância e adolescência, tendo a finalidade específica de financiar programas, projetos e ações voltados para a promoção e a

defesa dos direitos da criança e do adolescente e suas respectivas famílias. É composto por um conjunto de receitas (recursos financeiros depositados em uma ou várias contas bancárias), as quais são investidas a partir da deliberação dos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente.

Em âmbito municipal, o FIA é gerido pelo CMDCA (Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente), com o apoio (administrativo) dos órgãos encarregados do planejamento e finanças do município, seguindo as regras da Lei nº 4.320/64, bem como as demais normas relativas à gestão de recursos públicos. Algumas de suas fontes de receita são previstas pelo próprio ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), como é o caso das multas administrativas aplicadas em razão da prática de algumas das infrações tipificadas nos arts. 245 a 258, do ECA (cf. arts. 154 c/c 214, do ECA), das multas impostas em sede de ação civil pública (cf. art. 214, do ECA) e as chamadas “doações subsidiadas” de pessoas físicas ou jurídicas, previstas no art. 260, caput, do ECA, que poderão ser deduzidas do imposto de renda dos doadores até o limite legal de 1% para pessoa jurídica e 6% para pessoa física (PEREIRA, 2014).

O convênio não é definitivo, tem duração de 6 meses, e, após a finalização do contrato de convênio, o Projeto tem o prazo de 1 mês para prestar contas de todas as receitas e despesas à SEPLAN Marabá (Secretaria Municipal de Planejamento e Controle), em seguida, a prestação realizada é analisada pela CONGEM (Controladoria Geral do Município de Marabá/PA), que dará um primeiro parecer de aceite ou não aceite. A partir desta etapa, a fiscalização das notas fiscais é feita pelo TCE-PA (Tribunal de Contas do Estado do Pará), que dará o parecer final de aprovação para autorização de recebimento de outro recurso.

#### **4.3 Desafios e Metas**

O projeto tem como desafio proporcionar a alimentação diária das crianças e adolescentes atendidos pela entidade, pelo fato de fornecerem 3 refeições diárias para os meninos e meninas, além de roupas, calçados e todo o material didático que é fornecido pelo instituto (Figura 5). O Projeto Futuro Melhor mantém parcerias com diversas empresas do município, no entanto, segundo a gestora, não há parcerias que efetuem doações periódicas e permanentes.

Figura 5 – Crianças atendidas no Projeto Futuro Melhor



Fonte: Acervo pessoal do Projeto Futuro Melhor (2016)

A principal meta do projeto é de atender um número maior de crianças futuramente, visto que a instituição já chegou a atender quase 500 crianças e adolescentes há alguns anos.

## 5 FECAT - Federação das Cooperativas da Agricultura Familiar do Sul do Pará

Figura 6 – Logotipo da FECAT



Fonte: [www.fecat.com.br/](http://www.fecat.com.br/) (2017)

A FECAT (Federação da Agricultura Familiar Do Sul do Pará) trabalha no sentido de aprofundar com os agricultores o debate em torno do processo de produção dentro dos preceitos agroecológicos. Está sediada também no bairro Nova Marabá, na cidade de Marabá/PA e há 14 anos atua no município, sendo fundada no dia 25 de julho de 2003.

A FECAT (Figura 6) atua como uma ponte entre o agricultor e a indústria. A federação compra a fruta in natura do agricultor, em seguida, beneficia os frutos, ou seja, processa-os para tornarem-se polpa, e posteriormente, vende as polpas para a indústria e o comércio. A

instituição envolve em seu quadro 7 cooperativas agropecuárias dos municípios de Parauapebas, Eldorado dos Carajás, São João do Araguaia, São Domingos do Araguaia, Itupiranga, Nova Ipixuna e Marabá.

A estrutura de beneficiamento de frutas conta hoje com 3 agroindústrias em pleno funcionamento, localizadas nas sedes nos municípios polos, sendo eles: Agroindústria Polo Marabá (Marabá), Agroindústria Polo Nova Ipixuna (Nova Ipixuna) e Agroindústria Polo Carajás (Parauapebas). São beneficiados produtos tanto de origem agroextrativista, como o açaí e a cajá, como de plantios, que são o cupuaçu, maracujá abacaxi, acerola, bacuri, buriti, caju, goiaba, murici, tamarindo, etc. Os produtos que a FECAT comercializa são na sua maioria polpas de fruta integral, mas também incluem hortifrúti, doces de frutas, bombons com recheio de fruta e mel de abelha.

Os objetivos da federação são os seguintes:

- Promover a difusão da doutrina Cooperativista, do desenvolvimento sustentável e da economia solidária na região;
- Contribuir juntos com suas Cooperativas filiadas e parceiras para o desenvolvimento de uma agricultura familiar, diversificada, ecologicamente sustentável, economicamente viável e socialmente justa propiciando melhores condições de vida aos agricultores cooperados;
- Promover ações em parceria com suas cooperativas filiadas e parceiras que viabilizem o desenvolvimento da comercialização a varejo e atacado, orientando e integrando suas atividades bem como facilitando a utilização recíproca de serviços;
- Promover a união das cooperativas filiadas e parceiras, e exercer a representação política em defesa de seus interesses sociais, assistenciais e econômicos.

Atualmente, a FECAT tem 79 sócios, que são os agricultores filiados à federação (Figura 7). A produção média mensal é 10 toneladas de polpa.

Figura 7 – Agricultores filiados à FECAT



Fonte: [www.fecat.com.br/](http://www.fecat.com.br/) (2017)

A entidade é a responsável pelo fornecimento das polpas necessárias para a merenda distribuída em todas as escolas públicas do município, mediante aquisição de licitação da

Prefeitura Municipal de Marabá através do PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar, que conforme o FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (2017) o PNAE é um programa que oferece alimentação escolar e ações de educação alimentar e nutricional a estudantes de todas as etapas da educação básica pública.

O repasse é feito diretamente aos estados e municípios, com base no Censo Escolar realizado no ano anterior ao do atendimento. Com a Lei nº 11.947, de 16/6/2009, 30% do valor repassado pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE deve ser investido na compra direta de produtos da agricultura familiar, medida que estimula o desenvolvimento econômico e sustentável das comunidades.

A FECAT tem entre seus projetos o de capacitação dos agricultores, buscando aumentar a qualidade quanto à plantação, cultivo e manejo das frutas, ampliando não só a qualidade nutritiva das frutas, mas também o seu valor econômico e comercial. Outra ação é o Projeto de Apoio a Geração de Renda – Juventude e Cooperativismo no Sul do Pará (Figura 8), proposto pela FECAT ao Programa Petrobras Desenvolvimento & Cidadania, que têm como objetivo a implantação de módulos de fruticulturas consorciadas com essências florestais, visando a produção de frutas e capacitação de Jovens rurais residentes nos Projetos de Assentamento de Reforma Agrária – PA's e áreas de colonização dos municípios pertencentes à federação.

Figura 8 – Projeto Juventude e Cooperativismo



Fonte: [projetojuventudecooperativismo.blogspot.com.br/](http://projetojuventudecooperativismo.blogspot.com.br/) (2011)

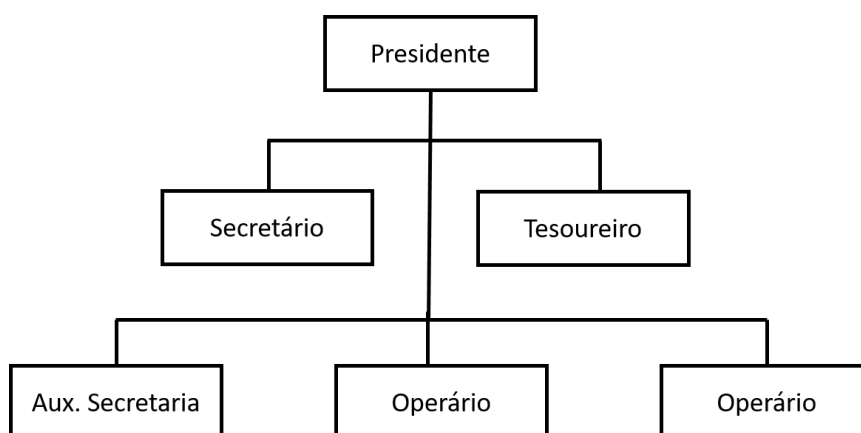
## 5.1 Gestão Pessoal

A FECAT é composta por 6 colaboradores, sendo que 3 deles pertencem a diretoria geral da federação, que são o presidente, responsável pela parte representativa e política da instituição; o secretário, encarregado pela parte burocrática, compra, venda e entrega dos produtos; e o tesoureiro, que trabalha com a parte financeira e contábil da federação. A entidade também conta com mais 2 colaboradores na agroindústria, que realizam o beneficiamento das



frutas, e mais 1 auxiliar de secretaria. O organograma funcional da entidade é representado pela Figura 9.

Figura 9 – Organograma funcional da FECAT



Fonte: Pesquisa de campo (2017). Organização: Os autores

## 5.2 Gestão Financeira

A gestão financeira é realizada pelo tesoureiro, pertencente à diretoria geral da FECAT, e todas as ações voltadas ao setor financeiro são executadas de forma transparente. Todos os anos, no mês de março, é feita a prestação de contas perante 5 representantes de cada uma das cooperativas participantes da federação. Lá são apresentados todo o balanço financeiro da FECAT, além das metas e planos para o ano seguinte.

A FECAT não tem nenhum tipo de vínculo governamental ou parcerias para auxílio financeiro. Com relação à produção, a FECAT fica com 30% sobre as vendas dos produtos, e esses recursos são utilizados para a manutenção do espaço e pagamento do salário dos colaboradores.

## 5.3 Desafios e Metas

A FECAT tem como meta contribuir para o melhor desenvolvimento de uma agricultura familiar ecologicamente sustentável, economicamente viável, socialmente justa, propiciando desta forma melhores condições de vida ao homem do campo, e consequentemente, sua fixação no lote.

Os desafios são voltados à conquista de mercado no município, de forma a buscar atingir o mercado interno aumentando o número de agricultores filiados e, consequentemente, ampliando a capacidade produtiva e o número de vendas de hortifrúti e polpas na cidade de Marabá/PA e região.

## **6 Considerações Finais**

Tratar de economia social como assunto comum continua a ser um tema restrito para alguns, poucos, que ou trabalham em organizações do setor ou relacionadas a este, ou têm acesso a obras já publicadas.

O presente estudo, além do objetivo principal também buscou traçar um retrato geral da gestão das organizações da economia social no município em estudo, onde notou-se um relativo nível de dificuldade, principalmente pela falta de profissionais peritos na área, o que pode ser consequência do fato que muitas dessas organizações funcionam por intermédio do trabalho voluntário e sócios não especializados, o que retrata diretamente nos resultados financeiros das entidades advindos da má gestão dos recursos.

Porém é indispensável ressaltar a importância que a economia social tem vindo a adquirir, um papel extraordinariamente importante na esfera marginal de atuação do mercado e do Estado, como por exemplo as associações que ajudam e muito no reconhecimento e crescimento das classes menos favorecidas, entidades sociais de apoio à crianças, que contribuem para a redução da fome e criminalização no país, além de oferecer aprendizado e educação e muitas outras.

Um aspecto que poderia favorecer o terceiro setor seria o aumento ou melhora da interação com a sociedade, muitas pessoas não têm acesso ou não possuem conhecimento das organizações, entidades, cooperativas, e todos os outros elementos que fazem parte da economia social. Seria interessante aumentar esse nicho por meio de divulgação e de ações em universidades, empresas; para que pudesse alcançar mais pessoas e também incentivar o voluntariado, contribuindo assim para a melhora do setor e aumento da participação da sociedade.

Pode-se então considerar que as organizações de economia social são espaços onde várias ideias se confrontam constantemente, na busca de um objetivo. É principalmente no aspecto da gestão que percebe-se uma maior dificuldade, além da financeira que pode ser considerada o item principal nesse tipo de setor. Esta gestão cotidiana é muito complexa e dinâmica como a própria origem destas organizações, pois ela é composta por uma série de desafios diários e questões que não podem ser ignoradas, nem pelos profissionais que atuam nestas organizações, nem pelas teorias que tratam deste tema.

## Referências Bibliográficas

- ANDION, C. A gestão no campo da economia solidária: particularidades e desafios. 2005. Revista de Administração Contemporânea. [online]. ISSN 1982-7849. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-65552005000100005&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-65552005000100005&script=sci_arttext)>. Acesso em: 28 de outubro de 2017.
- ANDION, C. La gestion des organisations de l'économie solidaire: deux études de cas à Montreal. 1998. Dissertação de Mestrado, Montreal, HEC.
- CAEIRO, J. M. C. Economia social: conceitos, fundamentos e tipologia. Rev. katálysis vol.11 no.1 Florianópolis, Jan./June. 2008 [online]. ISSN 1982-0259. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-49802008000100006](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802008000100006)>. Acesso em: 28 de outubro de 2017.
- FECAT. Federação das Cooperativas da Agricultura Familiar do Sul do Pará [online]. Disponível em: <<http://www.fecat.com.br/>>. Acesso em 29 out. 2017.
- FNDE. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação**. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/pnae/pnae-sobre-o-programa/pnae-sobre-o-pnae/>>. Acesso em 29 out. 2017.
- JUVENTUDE & COOPERATIVISMO. Projeto Juventude e Cooperativismo [online]. Disponível em: <<http://projetojuventudecooperativismo.blogspot.com.br/>>. Acesso em 29 out. 2017.
- LAVILLE, J-L L'association: une liberté propre à la démocratie e L'association: une organisation productive originale In: LAVILLE, J-L; SAINSAULIEU, R. (Org.) Sociologie des associations. Paris, Desclée de Brouwer, 1997.
- PEREIRA, Márcia de Oliveira. **Fundo para Infância e Adolescência - FIA: Um estudo sobre doação feita através das empresas, destinados a financiar projetos voltados exclusivamente para a defesa dos direitos da criança e adolescente na entidade publica de Maracajá**. 2014. Trabalho de Conclusão do Curso de Ciências Contábeis. Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, Criciúma.
- TYGEL, Daniel. O que é Economia Solidária [online]. Disponível em: <<https://cirandas.net/fbes/o-que-e-economia-solidaria>>. Acesso em 29 out. 2017.
- VERGUEIRO, João Paulo. Captação de recursos [online]. Disponível em: <<http://captadores.org.br/captacao-de-recursos/>>. Acesso em 29 out. 2017.